

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

F. J. TURNER E A TESE DA FRONTEIRA AMERICANA. A PROPÓSITO DE *THE FRONTIER IN PERSPECTIVE* (*).

Em 1893, ano do grande pânico financeiro que, com suas espetaculares falências, abalou a segunda administração do democrata Cleveland, Frederick Jackson Turner lia, numa reunião da **American Historical Association**, em Chicago, o seu célebre ensaio sobre “O Significado da Fronteira na História Americana”. A época era de crise econômica e de desajustamentos sociais. A crise econômica era particularmente acentuada nos setores agrícolas do Sul e do Oeste, enquanto que nos setores industriais intensificava-se a concentração capitalística. Aprofundavam-se as desigualdades sociais e a sombra das lutas de classes e a do Socialismo pairavam sobre a nação, ameaçando a tão decantada democracia americana.

Ora, em 1890, um boletim do Departamento do Censo chamara a atenção para o fato de ter se extinguido, a partir de 1880, a fronteira através da qual se processara a expansão para o Oeste. Um grupo de intelectuais americanos, impressionado com essa circunstância, viu-se inclinado a atribuir-lhe importância em relação à crise por que passavam os Estados Unidos, naquele momento. Foi Turner o principal porta-voz dessa corrente. Encerrava-se, segundo êle, com a extinção da fronteira, o primeiro período da história dos Estados Unidos.

A historiografia americana era, então, dominada pela escola institucionalista que explicava a evolução dos Estados Unidos como sendo a adaptação, num meio diverso, de instituições transplantadas da Europa. Segundo essa escola, os “germes” da democracia americana originaram-se na floresta germânica. Esta democracia desenvolvera-se apenas, mas não se transformara, no meio americano. Turner, rejeitando essa orientação e denunciando sua miopia, afirmava, ao contrário, a originalidade, a **uniqueness** da evolução histórica dos Estados Unidos. O meio americano não moldara apenas as instituições européias, mas sim criara novas e a democracia americana era fruto

(*) — Editado por Walker D. Wyman e Clifton B. Kroeber. Madison. The University of Wisconsin Press. 1957.

não da floresta germânica, mas sim da **wilderness** americana. Fôra a fronteira com suas terras disponíveis, suas **free-lands**, a grande força criadora da nação americana nesse primeiro período de sua evolução que se encerrava com a extinção da fronteira e da oferta de terras disponíveis. Essa a idéia fundamental de Turner.

Em contacto com o sertão, a **wilderness**, o pioneiro despojava-se do complexo da civilização européia a fim de enfrentar as condições da vida primitiva. Era, pois, a fronteira, um fator capital de americanização. E o que é importante, essa experiência não se registou uma só vez, mas sim sucessivamente durante quase três séculos, a medida que a linha da fronteira avançava para o Oeste, sendo, como foi, uma fronteira essencialmente móvel. Esse contacto permanente com a simplicidade e a rudeza da vida primitiva marcou profundamente o caráter americano. Só, em face a um meio hostil e longe de todo o contróle governamental, habituou-se, o pioneiro, a contar consigo mesmo e a evitar, mesmo, a ingerência estatal. O que não o impedia, porém, de recorrer ao govêrno da União para a solução de problemas fora de seu alcance, como os relativos ao setor do transporte, por exemplo. Contribuiu, dessa maneira, para o fortalecimento do govêrno central e, portanto, para o estreitamento dos laços nacionais. Mas, se aprendeu a utilizar-se do govêrno, soube, ao mesmo tempo, evitar que o govêrno dêle se servisse, mantendo, assim, suas liberdades essenciais. Individualismo, democracia e nacionalismo foram pois, segundo Turner, os grandes resultados da experiência da fronteira americana.

Estas, em suma, as idéias apresentadas por Turner em sua conferência de 1893. Desenvolveu-as em ensaios posteriores, mas nunca chegou a incorporá-las, de modo sistemático, em um livro. Os críticos (1) são de opinião que Turner não conseguiu nunca precisar devidamente suas teses e que suas explicações posteriores só trouxeram novas contradições, esquecendo-se êsses críticos que justamente aí reside tôda a riqueza e a fecundidade do pensamento de Turner. Em vez de contradições dever-se-ia falar das tensões internas dêsse pensamento, segundo a expressão de Lovejoy (2) e em lugar de acusá-lo de vago seria mais apropriado atribuir-lhe uma fluidez bastante normal

(1). — Apud Robert E. Riegel, "American Frontier Theory", *Cahiers d'histoire Mondiale*, III-2, 1956, págs. 356-380.

(2). — Arthur O. Lovejoy, *Essays in the History of Ideas*, New York, Capricorn Books ed. 1960, xiii-xv.

em se tratando de um historiador. Que história digna dêsse nome procederia por definições e categorias bem delimitadas? Seria empobrecê-la e tirar-lhe todo o sentido. No caso de Turner essa fluidez não impede de modo algum que se penetre em seu universo e, ao contrário, enriquece-o. O que importa é analisá-lo em seu contexto e não tomar as proposições separadamente. Só assim compreender-se-á suas supostas contradições e só assim apreender-se-á o sentido exato do seu pensamento.

Mas as críticas a Turner foram lentas a surgir e por quase quarenta anos suas teses contaram com uma aceitação quase unânime. Sua popularidade era tal que as referências a seu famoso ensaio vinham logo abaixo das da Bíblia, da Constituição e da Declaração da Independência (3). Essa acolhida explica-se pelo fato de Turner enquadrar-se na corrente tradicional do pensamento americano e ao mesmo tempo corresponder aos anseios de sua época. Ao tratar da fronteira como expressão do nacionalismo americano, da **uniqueness** da democracia americana, Turner satisfazia aos crescentes sentimentos nativistas dos seus contemporâneos. Por outro lado, pela sua fé nessa democracia, integrava-se na corrente tradicional do credo democrático americano (4). Participava também da tradição que idealizava o Oeste, tradição esta não especificamente americana, antes ocidental e com raízes na Antigüidade clássica, mas a qual os americanos deram a sua contribuição, identificando-se com êste Oeste, terra da liberdade, último refúgio de Deus e do homem e base da ideologia imperialista encarnada na idéia do Destino Manifesto (5).

Convém ainda lembrar como fator favorável ao êxito de Turner as qualidades literárias de sua obra, o seu dom poético ao sugerir-nos um Oeste rude, agressivo, cheio de vida e espontaneidade; em perene mobilidade e numa incessante fuga às peias sociais, às imposições da oligarquia comunal; numa desesperada tentativa de afirmação individualista e de preservação das liberdades humanas.

Só a partir da década de 1930 começam a surgir as primeiras restrições a Turner. Justamente nessa época, os promotores do **New Deal**, para justificar a crescente ingerência estatal, invocavam as teses de Turner, particularmente suas afirma-

(3). — Robert E. Riegel, *op. cit.*, p. 367.

(4). — Vide Ralph Henry Gabriel, *The Course of American Democratic Thought*, New York, 1943, págs. 12-25 e 251-259.

(5). — Loren Baritz, "The Idea of the West", *American Historical Review*, abril, 1961.

ções no sentido de se recorrer ao governo da União e transformá-lo em fiel da balança para salvar a democracia americana, mesmo com o risco de sacrificar dois de seus elementos essenciais — o individualismo e a livre competição. É possível que esta associação entre as idéias de Turner e os argumentos do **New Deal** tenha contribuído para quebrar a unanimidade a respeito de sua obra. O fato, porém, é que, a partir de então, as críticas vão-se ampliando para adquirir, principalmente no após-guerra, um aspecto de verdadeira reação contra Turner que, a meu ver, é um reflexo das condições presentes. Empenhado numa luta ideológica contra o socialismo, convém aos Estados Unidos exaltar a excelência do regime americano que há muito ultrapassou a fase de uma Arcadía pré-industrial. Ora Turner não poupou seus ataques ao capitalismo industrial contemporâneo e ao mundo **big-business**, embora rejeitasse, com o mesmo vigor, a solução socialista. Além do mais estão os Estados Unidos interessados em desfazer a consciência extremamente viva dessa originalidade, dessa **uniqueness** da nação americana, tão apregoada por Turner, para integrarem-se mais estreitamente na comunidade ocidental. Se o nacionalismo fôra um dos grandes fatores da popularidade de Turner nas primeiras décadas do século, é, atualmente, o internacionalismo que contribui para distanciá-lo de certos setores da opinião pública americana. O que não impede, entretanto, a persistência do seu grande fascínio, refletido nas próprias críticas de que é objeto. Exemplo dessa ambivalência é a obra aqui em consideração, **The frontier in Perspective**, editada por Walker D. Wyman e Clifton B. Kroeber.

Compõe-se o livro de duas partes. Numa primeira, denominada a Fronteira do Mundo, vários autores tentam aplicar as teses de Turner em diversas regiões do globo, sendo alguns mais felizes e outros menos, nos resultados obtidos com semelhante método. Está no último caso o primeiro ensaio, o do Prof. Mac Kendrick sobre a Colonização Romana e as Hipóteses da Fronteira. Este artigo, procurando, indiscriminadamente, aplicar ao mundo romano as idéias de Turner, ilustra bem as dificuldades da História Comparada e é um exemplo do que não se deve fazer. É possível encontrar-se semelhanças na estrutura de diferentes processos históricos. Isto é, alguns dos elementos que os constituem podem ser análogos. Mas o que caracteriza essencialmente a história é a dinâmica do processo e essa dinâmica é peculiar a cada momento his-

tórico. Não compreendê-lo será descaracterizar completamente a história. E' o que consegue o Prof. Mac Kendrick.

Mais cômicos das dificuldades e mais preocupados em ressaltar as diferenças, são os dois ensaios seguintes: o do Prof. Robert Reynolds sobre as Fronteiras do Mediterrâneo (1000-1400) e o do Prof. Zavala que trata das Fronteiras da América Hispânica. No primeiro afirma-se a mobilidade da fronteira, como no caso da fronteira americana. Mas aí terminam as semelhanças. Enquanto que nos Estados Unidos a expansão se fez sobre o continente, no Mediterrâneo ela se realizou sobre o mar. Foi, além do mais uma colonização basicamente comercial cujas analogias com a América só é válida para os primórdios da ocupação do novo continente, o que não é de se admirar dado o papel preponderante dos italianos na colonização do Mediterrâneo, no período medieval, e sua influência capital no início da colonização do continente americano. O Prof. Reynolds, entretanto, levando muito ao pé-da-letra as proposições de Turner, atribui essa expansão mediterrânea às pressões demográficas e aos avanços tecnológicos da Idade Média e identifica-os com processos semelhantes na expansão americana, quando não foi esse precisamente o caso, em se tratando dos Estados Unidos. Nem era isto exatamente o que Turner tinha em mente.

Já no ensaio do Prof. Zavala verifica-se um tipo de fronteira inteiramente oposto ao da fronteira móvel americana, sendo a hispano-americana uma fronteira, em geral, estática, uma vez terminada a conquista. Mesmo após a independência, quando as diversas repúblicas recém-formadas passam da defensiva para a ofensiva contra os índios nômades, o tipo de experiência é bem diferente da dos Estados Unidos. Afirma, porém, o Prof. Zavala não ser possível ainda, em vista do estado incipiente dos estudos nesse setor, chegar-se a conclusões definitivas. Acredita mesmo poder-se estabelecer um paralelo entre a fronteira americana e a fronteira do Norte do México, onde há indícios de se ter constituído uma sociedade mais democrática e liberal do que a que se formou no vale central do México.

O artigo de A. L. Burt sobre o Canadá, Austrália e Nova Zelândia nos transporta para um mundo mais próximo ao de Turner, dado o parentesco entre os grupos sociais que ocuparam essas diferentes fronteiras. Entusiasta das teses de Turner e levando mesmo além a influência atribuída ao meio geográfico, afirma o papel democratizante e nivelador da fron-

teira canadense, mesmo na época da ocupação francesa. Ao passo que, na Austrália, a predominância de um clima desértico impediu que se constituísse uma sociedade de pequenos agricultores, perdendo, assim, o país um fator de equilíbrio social. Este, ao contrário, não estava ausente na Nova Zelândia, onde a influência do agricultor conseguiu contrabalançar a da oligarquia pastoril.

Em sua análise da fronteira russa, o Prof. Lobanov-Rostovsky procura conscienciosamente ressaltar as semelhanças e as diferenças entre a expansão russa e a dos Estados Unidos. Mais uma vez verifica-se que as diferenças são de longe as mais significativas, ressaltando-se particularmente o fato de ter sido predominantemente uma colonização dirigida pelo Estado e por ter-se defrontado com uma expansão concomitante, em sentido contrário, a expansão chinesa.

A fronteira da China é tratada pelo Prof. Eugene Boardman que confessa ser impraticável a aplicação das hipóteses de Turner à China, mas reconhece a importância de suas implicações, isto é, as repercussões da experiência da fronteira sobre a sociedade que a conduz e a importância do fator meio em que ela se processa. Partindo dessas proposições, chega a conclusão que a influência da fronteira foi nociva à sociedade chinesa, imprimindo-lhe noções e atitudes que a tornaram, mais tarde, desarmada, em face da penetração, no Oriente, do mundo Ocidental.

Esta primeira parte do livro termina com o ambicioso ensaio do Prof. Walter Prescott Webb que analisa as diversas fronteiras do mundo desde 1500, salientando as influências recíprocas das metrópoles sobre suas respectivas fronteiras e destas sobre aquelas. Amplia, assim em escala mundial, a tese de Turner e, para finalizar, expõe suas inquietações sobre o término dessa interação entre a Metrópole e a Grande Fronteira.

Posição mais crítica, em relação a Turner, adotam os autores da segunda parte do livro que trata propriamente da Fronteira Americana. Compreende-se, pois, que queiram preencher as lacunas da obra de Turner e que não resistam à tentação de testar suas "hipóteses", esquecendo-se que não é esta a melhor maneira de abordar o grande historiador. Os conceitos emitidos por Turner propunham-se, segundo a expressão de Handlin, "categorizar problemas específicos, não eram fórmulas a serem testadas". Preocupar-se excessivamente com suas hipóteses é deixar escapar seu verdadeiro sentido como

historiador (6). Essa incompreensão a respeito de Turner não impede, porém, os diversos autores da segunda parte de **Frontier in Perspective** de trazerem interessantes contribuições ao estudo da fronteira americana.

Os dois primeiros estudos, o do Prof. Abernethy sobre a fronteira sulista e o do Prof. Gates sobre a do **Middle West**, analisando suas respectivas secções, fazem sérias restrições à democracia da fronteira e mostram ser essa sociedade bem mais complexa do que a descrita por Turner. Embora tenham absoluta razão, dentro de seus pontos de vista, revelam êsses autores uma total incompreensão do ponto de vista de Turner. Não só êstes, mas os críticos de Turner, em geral, põem em dúvida a origem que êle atribui à democracia americana, mas não se dão ao trabalho de indagar o que Turner entendia por democracia. O termo, afinal, é bastante vago, comportando uma série de interpretações. Na concepção de Turner êle parece não implicar necessariamente a idéia de nivelamento, de igualdade social, mas consistir fundamentalmente num equilíbrio de forças. A mobilidade social, favorecida pelas oportunidades da fronteira, seria, então, a responsável por êsse equilíbrio. Intervém aí a sua célebre afirmação a propósito do espírito inovador do pioneiro. Tomou-se, mais uma vez, muito ao-pé-da-letra sua expressão, ou melhor, atribuiu-se-lhe um sentido bem mais moderno, o que levou os críticos a negarem êsse espírito inovador, seja no campo da tecnologia, seja na esfera político-social. Ora Turner empregou o termo no sentido que lhe dava o puritanismo colonial, isto é, o não-conformismo social e religioso (7). O pioneiro punha-se em marcha em busca de novas oportunidades, mas também fugindo às imposições da oligarquia dominante; para escapar “à servidão do passado” (8); para, provavelmente, constituir, no futuro, nova oligarquia. Enquanto, porém, não se estabilizava essa nova sociedade, as condições da fronteira constituíam ponderáveis fatores de mudança social. “Assim a procura de terras e o amor pela liberdade do sertão”, escreveu Turner, “arrastava a fronteira sempre para adiante” (9).

(6). — Oscar Handlin, resenha do livro de Lee Benson, **Turner and Beard: American Historical Writing Reconsidered**, *American Historical Review*, v. 67, n.º 1, outubro, 1961, págs. 147-148. Vide também seu ensaio “The Central Themes of American History” in *Relazioni del X Congresso Internazionale di Science Storiche*. Volume I. Metodologia. Problemi Generali, Firenze, 1955, págs. 154-155.

(7). — Frederick Jackson Turner, **The Frontier in American History**, New York, 1935, pág. 78.

(8). — *Ibid.*, pág. 38

(9). — *Ibid.*, pág. 22.

Certos indícios, discerníveis, particularmente na aula inaugural pronunciada, em 1914, na Universidade de Washington (10), nos levariam mesmo a aventar a hipótese de um conteúdo moral que, embora não explícito, Turner teria dado à sua noção de democracia. Esta hipótese, aliás, não contraria, ao contrário, coaduna-se às bases do pensamento democrático tradicional a que Turner se filiava (11). Reformador, integrando-se na corrente do Movimento Progressista que empolgou os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, para êle o conceito de democracia incluía, além do seu conteúdo político-social de regime representativo e de oportunidade para todos, um sentido moral de equilíbrio entre as forças do bem e do mal. No livre desenvolvimento de suas energias, empregadas em domar todo um continente, as forças destrutivas do homem encontravam um derivativo. Sua teoria da válvula de segurança, representada pelo Oeste e pela fronteira, teria assim, não um sentido econômico, como pretendem seus comentaristas, mas antes psicológico. A possibilidade de escape pelo portão da fronteira garantia à nação um sentimento de segurança que se refletia no seu otimismo e na sua pujança. Suprimida essa válvula com o término da marcha para o Oeste, receava Turner que as forças da destruição se organizassem, terminando por esmagar o homem. No setor do Capital e do Trabalho a ameaça já se concretizava. A concentração capitalística, observava êle, já estendia suas garras para controlar e reduzir a sistema o processo do desenvolvimento industrial. Do seu lado, continuava Turner, o trabalho organizava suas forças para destruir o sistema competitivo (12). Em face da ameaça, a única solução era recorrer ao govêrno e transformá-lo em fiel da balança, mesmo correndo o risco de aumentar seu poderio. A democracia constituía, portanto, para Turner, essencialmente num equilíbrio de forças e nesse sentido continuava a tradição da filosofia política dos Estados Unidos, a dos princípios que inspiraram a Constituição americana. Ia, porém, além. Acreditando estar êsse equilíbrio ameaçado pelos excessos do individualismo e da livre competição não hesitava Turner e seus pioneiros, em sacrificar êsses dois elementos tão caros à tradição americana. Pensavam salvar, assim, o que julgavam um bem superior — a própria democracia americana.

(10). — *Ibid.*, págs. 290-310.

(11). — Vide Ralph Henry Gabriel, *op. cit.*

(12). — F. J. Turner, *op. cit.*, pág. 305.

Parece-me que a incompreensão de que Turner tem sido vítima reduz-se, fundamentalmente, a um mal-entendido a respeito do seu conceito de Oeste. Este, para Turner, não era uma área geográfica. “O Oeste, afirmou, “é no fundo antes uma forma de sociedade do que uma área” (13). Não implicava uma noção espacial, mas sim temporal. Era aquêlo momento preciso em que o homem enfrentava a **wilderness**. Momento efêmero, mas que se repetia sucessivamente cada vez que se abria uma nova fronteira. Daí usar os dois têrmos — oeste e fronteira — como sinônimos. Momento em que havia oportunidade para todos, em que todos, de certa maneira, eram iguais, em que todos podiam, pelo menos, dar livre vasão à sua personalidade. Tanto o herói, o mocinho, como o vilão, o renegado, essas figuras tão popularizadas pelos **westerns** do cinema americano. Momento em que havia um certo equilíbrio entre o bem e o mal, entre a ordem e a desordem, entre o imobilismo e a mudança. Era, enfim, êsse instante fugaz em que o homem é livre.

E’ nessa direção, penso, que se deve reexaminar o pensamento de Turner (14). Preocupar-se menos com o aspecto propriamente econômico de suas teses e ver nêle o historiador social, apreensivo com a condição do homem na sociedade industrial contemporânea e suspirando, nostálgicamente, por aquela primitiva sociedade pré-industrial da fronteira, tendência que ligaria Turner às tradições primitivistas do século XVIII. Não pretendo, porém, afirmar o desprêzo de Turner pelas forças econômicas e sua atuação na história. Longe disto! A importância que atribuiu à existência de terras disponíveis para o desenvolvimento dos Estados Unidos demonstra, ao contrário, até que ponto estava cômico do problema. Mais, porém, que os resultados concretos produzidos por êstes fatôres econômicos, o que o interessava eram as perspectivas que êstes fatôres abriam à energia e à ambição humanas. Será, pois, bastante difícil medir com o auxílio de estatísticas a justeza das teses de Turner. Elas só podem ser avaliadas por outros métodos.

Os últimos ensaios da obra, ora em consideração, tratam dos seguintes assuntos: Walter A. Agard discorre sôbre a influência dos clássicos sôbre a fronteira do Middle West, evidenciada, seja na arquitetura, seja na educação, nas igrejas ou nas bibliotecas. Procura refutar, assim, e mais uma vez distor-

(13). — *Ibid.*, pág. 205.

(14). — Não foi possível encontrar nas bibliotecas de São Paulo uma série de artigos sôbre a obra de Turner, mesmo os mais recentes, como o de Evertt S. Lee, “The Turner Thesis Re-examined”, *American Quarterly*, Spring, 1961.

cendo-o, a afirmação de Turner que a fronteira despojava o pioneiro de sua cultura européia. Frederic Cassidy analisa a influência da fronteira sobre a evolução lingüística dos Estados Unidos. Henry Nash Smith nos apresenta esta influência sobre a literatura americana, através de Mark Twain, como o intérprete do **Far-West**. Finalmente A. Irving Hallowell nos dá alguns pormenores interessantes sobre a contribuição da cultura indígena à cultura dos Estados Unidos.

Mais importante que tôdas essas restrições às proposições de Turner é a objeção feita por Owen Latimore, numa comunicação ao X Congresso Internacional de História (15). Chama a atenção para a explicação, ignorada por Turner, do que é a sociedade que molda a fronteira e não esta a sociedade. E atribui o dinamismo da marcha para o Oeste à circunstância dos colonos que se dirigiam à América inglesa já pertencerem a uma sociedade em fase de transformação. E' inegável a importância do momento cultural em qualquer processo histórico. Mas, se é óbvio que a sociedade cria a fronteira, não é menos certo que a experiência da fronteira influi sobre a sociedade. A unilateralidade de uma interpretação não deve levar a unilateralidade de outra. No caso dos Estados Unidos foi a fronteira, a marcha para o Oeste que, incontestavelmente, deu a esta sociedade, pelo menos, a sua dimensão.

Não subestimo as crítica feitas a Turner. Sua visão da vida americana e de seu desenvolvimento não desce à precisão das minúcias, nem, principalmente, abrange esta experiência em sua totalidade e em sua complexidade. Mas os fragmentos que nos apresenta dêsse painel são vivos, significativos e esclarecedores, pelo menos em parte, da realidade americana. Foi um grande historiador, talvez mesmo o maior que os Estados Unidos já produziram.

NÍCIA VILLELA LUZ

Assistente da Cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

(15). — Owen Lattimore, "The Frontier in History", *Relazioni del X Congresso Internazionale*, op. cit., págs. 105-138.